



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
04 DE JUNHO DE 2019

N.º 12/2019

PRESIDÊNCIA: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr. Luís Reguengo Machado. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles..... 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2018..... 6
- 2 – Proposta de Regulamento de Proteção de Dados do Município de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento..... 10
- 3 – Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento..... 11
- 4 – Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento..... 12
- 5 – Alteração ao Código de Conduta Ética..... 13

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 6 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado..... 15
- 7 – Venda do Lote n.º 15 da Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos..... 15

Tesouraria

- 8 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 17 a 30 de maio de 2019..... 16

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 9 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência..... 17
- 10 - Convite à Adesão à Campanha Nacional – “Por um País com Bom Ar” 18



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços de Educação

11 – Plano de Transportes 2019/2020 – Abertura de Concurso Público – Circuitos Especiais.....	19
---	----

Serviços da Cultura

12 – Comissão de Festa em Honra de São João de Fornelos – Pedido de Participação Financeira.....	20
13 – Comissão de Festa em Honra de Santo António – Alvações do Corgo – Pedido de Participação Financeira.....	21

Serviços do Desporto

14 – Rampa de Santa Marta – Rui Manuel Varandas Fonseca e Andreia Filipa Varandas Fonseca – Contrato de Publicidade.....	21
15 - Provas de Natação – Festival de Escolas de Natação – SANTA MARTA a nadar, Masters de Natação Douro Vinhateiro e Campeonato Regional de Natação.....	22

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

16 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	23
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes requerimentos: -----

----- 1 – “REQUERIMENTO -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem requerer o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- Foi recentemente realizada uma organização do Parque de Estacionamento do Bairro do Cruzeiro, na Vila de Santa Marta de Penaguião, sendo visíveis as marcações dos vários lugares no pavimento betuminoso. -----

----- Tratando-se de um arruamento na forma de impasse, e com uma ligação de acesso a uma propriedade, na qual está implementada uma moradia unifamiliar, que utiliza diariamente o referido acesso, por transporte individual. -----

----- A forma como foi organizada a marcação dos lugares de estacionamento, não se coaduna com as regras de circulação rodoviária, porque a troco de se criarem dois ou três lugares de estacionamento no lado oposto ao prédio do Bairro do Cruzeiro, tornou-se o espaço de circulação demasiado exíguo, seja para o movimento linear automóvel, seja principalmente para as manobras de estacionamento e de arranque. Pelo que os referidos lugares deveriam ser suprimidos, na sua atual forma ortogonal. -----

----- Um outro problema encontrado deve-se ao espaço que medeia o fim da zona de estacionamento e o início do acesso à propriedade, com número de polícia 19 (NP19). Ora, tratando-se de um pequeno troço sob a forma de clóide, não existe qualquer sinalização, seja horizontal ou vertical que limite o estacionamento de veículos automóveis ao longo deste pequeno troço, dificultado significativamente qualquer tipo de manobra de acesso à propriedade com NP 19, e geradora de potenciais sinistros rodoviários. Para mitigar este problema proponho a colocação de sinalização vertical, no término da zona de estacionamento, correspondendo à sinalização oficial de zona interdita ao estacionamento. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 12 de 04 de junho de 2019



----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 4 de junho de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- **2 – “REQUERIMENTO** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem requerer o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- Encontra-se um edifício público em estado gravoso de ruína, que para além de enfatizar uma imagem de degradação, apresenta deformações evidentes e queda de material estruturante da cobertura, localizado no lugar da Amoreira, na freguesia de Cumieira, no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Pela sua atual aparência, é possível dizermos que o edifício se encontra devoluto, sem utilização para o uso que lhe estava adstrito, nem sinais de ocupação humana, o que vem de algum modo mitigar algumas questões de segurança de pessoas, mas não suprime a perda do próprio bem, que ainda há bem poucos anos funcionava como posto médico da freguesia da Cumieira. -----

----- Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se vai proceder, pelo menos, à reconstrução da cobertura do referido edifício, pois não me parece que aguente mais um inverno, evitando-se a previsível queda de algumas paredes estruturais. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 4 de junho de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- **3 – “REQUERIMENTO** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem requerer o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- Contactado por carta pelo Exmo. Senhor José dos Santos Ribeiro, com morada no lugar das Escolas, em São João Batista, 5030-435 Santa Marta de Penaguião, vem o identificado munícipe queixar-se do arrastar de uma situação, relacionada com um muro, que ruiu, e segundo o mesmo,



houve admissão de responsabilidades por parte dos Serviços Municipais, tendo inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal assumido o compromisso de proceder às diligências necessárias para a sua reposição. -----

----- Diz ainda o munícipe que em setembro de 2018, teve uma reunião sobre o assunto em mérito com o Sr. Presidente da Câmara, tendo-lhe garantido que muito brevemente o assunto estaria tratado. -----

----- Pelo exposto e fazendo fé da seriedade e verdade das palavras do munícipe anteriormente identificado, reciprocamente os compromissos que são assumidos pelos nossos dirigentes políticos devem merecer a mesma fé e honrada a sua palavra, sobe pena dos órgãos autárquicos caírem em descredito e perderem a sua relevância substancial e material junto das nossas populações. -----

----- Atentos ao que aqui foi dito, venho solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal um pedido de esclarecimento, por escrito, sobre este assunto. E caso considere pertinente, que seja dada uma resposta definitiva às pretensões exaradas pelo Munícipe. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 4 de junho de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2018

----- 1 – Presente à reunião informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, Dr. António Sequeira, com o seguinte teor: -----

----- “ À consideração do Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, no seu artigo 75.º, n.º 1, estabelece que os municípios, as



entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. -----

----- De acordo com o estipulado nos n.ºs 2 e 3 do mencionado artigo, as entidades mãe ou consolidantes, são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, sendo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. -----

----- A existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades (n.º 4 do art.º 75º): -----

----- a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- c) De outras natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições: -----

----- i. De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão; -----

----- ii. Do resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. -----

----- Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Março, na sua atual redação, integrem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal (art.º 75.º, n.º 6). -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião não é detentor de qualquer entidade associativa municipal sobre a qual exerça de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa



presunção. No entanto, detém uma participação de 0,15% na empresa "A Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.", enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- Está, assim, este Município obrigado a consolidar as suas contas por via da sua participação naquela empresa, apesar da sua reduzida participação no capital social no montante de 4.985,01€, por força disposto no n.º 6 do artigo 75.º supra mencionado. -----

----- Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: -----

----- a) Balanço consolidado; -----

----- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza; -----

----- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; -----

----- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza. -----

----- O n.º 8 do artigo 75.º, determina que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo. -----

----- Contudo, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro e suas posteriores alterações, que veio adaptar as regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas. -----

----- Pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a orientação n.º 1/2010, "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", visando estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades no sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. -----

----- Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que claramente



prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a referida Portaria, consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do SATAPOCAL, entendeu ser necessário elaborar um conjunto de instruções que permitam uma aplicação deste regime pelos municípios de forma “coerente, harmoniosa e comparável”. -----

----- Estas instruções, segundo a DGAL, visam articular o regime financeiro das autarquias locais, o regime previsto na Portaria e na Orientação, bem como “ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios”. -----

----- De harmonia com o articulado no n.º 2 do artigo 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidados devem ser elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

----- Nestes termos, caso mereça a concordância de V.Ex.^a deverão aqueles documentos ser submetidos à apreciação do Executivo Municipal para que nos termos das disposições legais referidas, delibere e aprove: -----

----- a) Os Documentos de Prestação de Contas Consolidados e respetivo Relatório de Gestão – 2018; -----

----- b) Submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e respetivo Relatório de Gestão – 2018 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.** -----



**Proposta de Regulamento de Proteção
de Dados do Município de Santa Marta
de Penaguião – Início de Procedimento**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento das tarefas que têm vindo a ser implementadas para cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, vimos informar e propor o seguinte: -----

----- Desde maio de 2018 que se aplica diretamente aos Estados-Membros da União Europeia o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----

----- Considerando que o direito à proteção de dados pessoais vem consagrado na Constituição Portuguesa desde 1976, munindo os cidadãos de uma particular força e dignidade no âmbito da ordem interna portuguesa, tornando-se pioneira na consagração do direito à proteção de dados; -

----- Considerando que o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados constitui uma importante parte da reformulação de quase todo o cenário de cibersegurança, que importa sensibilizar, incrementar e conscienciar na Administração Pública em geral, e na Administração Pública Local em especial; -----

----- Considerando que importa implementar ações tendentes ao cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados como a definição e redação de políticas internas de privacidade; Considerando que cabe a cada Município estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos; -----

----- Considerando que a única forma de materializar esses procedimentos será através da criação de um Regulamento Interno Municipal. -----

----- Nestes termos, caso mereça a concordância de V^a Ex^a., propõe-se que: -----

----- a) – Se delibere o início do procedimento para elaboração da proposta de Regulamento Interno de Proteção de Dados do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na



alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 98º do CPA." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de elaboração da proposta do Regulamento de Proteção de Dados do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da proposta. -----

Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- "No seguimento da manifestação da necessidade, exposta pelo Exmo. Senhor Chefe da DAF, elaborou-se uma proposta de Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião. -

----- O Município de Santa Marta de Penaguião é detentor de um considerável acervo arquivístico que se reveste de particular importância para o estudo das instituições e para o conhecimento da evolução política, económica e social do concelho. -----

----- Devendo a Câmara Municipal estar consciente das suas obrigações no que concerne à preservação, valorização e acessibilidade do património arquivístico, considera-se de extrema importância a elaboração de um Regulamento que defina e harmonize os procedimentos administrativos e técnicos inerentes à recolha, conservação, defesa, valorização e divulgação do património arquivístico custodiado pela autarquia. -----

----- Neste sentido, importa, portanto, dotar o Arquivo Municipal de um Regulamento que normalize e defina as regras de funcionamento com os demais serviços, entidades municipais e com o público em geral. -----

----- Nestes termos, caso mereça a concordância de Vª Exª., propõe-se que: -----



----- a) Se delibere o início do procedimento para elaboração da proposta de Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 98º do CPA.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de elaboração da proposta do Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da proposta.** -----

**Projeto de Regulamento de Exploração das
Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar
e Outras Formas de Jogo do Município de Santa
Marta de Penaguião – Início de Procedimento**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento da manifestação da necessidade, exposta pelo Exmo. Senhor Chefe da DAF, elaborou-se uma proposta de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Considerando que, por deliberação de 16 e de 25 de janeiro de 2019, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respetivamente, aceitarem a competência conferida pelo Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, de autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; -----

Considerando que importa agora operacionalizar esta competência, por forma a responder de forma eficaz e eficiente às necessidades dos munícipes e daqueles que vêm ao encontro do nosso concelho e considerando que esta operacionalização consubstancia a implementação de algumas medidas que o Município deve tomar, é importante a elaboração de um regulamento municipal que as discipline; -----



----- Nestes termos, caso mereça a concordância de V^a Ex^a., propõe-se que: -----

----- a) Se delibere o início do procedimento para elaboração da proposta de projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de dezembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de elaboração da proposta do Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da proposta.** -----

Alteração ao Código de Conduta Ética

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Código de Ética e Conduta da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião foi aprovado na reunião de Câmara de 16 de janeiro de 2018. -----

----- Um código de ética fixa normas que regulam os comportamentos das pessoas dentro de uma organização. Apesar de a ética não ser coativa, o código de ética supõe uma normativa interna de cumprimento obrigatório, mantendo uma linha de comportamento uniforme entre todos os colaboradores da organização. -----

----- A Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto vem reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio (“*mobbing*”) no setor privado e na Administração Pública, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º



35/2014, de 20 de junho. O artigo 29º do Código do Trabalho, reforça a proibição da prática de assédio e a alínea k) determina que sejam adotados códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores. -----

----- Nesta senda, veio reforçar-se o sentido de punibilidade de práticas infratoras como o “*mobbing*” com a Lei n.º 83/2015, por via da qual a criminalização do assédio moral em contexto laboral é hoje possível por aplicação do artigo 154º-A do Código Penal. -----

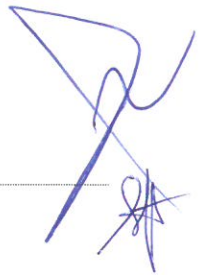
----- Igualmente, o artigo 71º alínea k) da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, determina que sejam adotados códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho e instaurar procedimento disciplinar sempre que se tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho. -----

----- O Código de Ética e Conduta aprovado em 2018, não dispunha de normativos sobre o princípio da igualdade de género, matéria essencial no enquadramento jurídico atual. -----

----- Cumprindo-se os normativos previstos neste Código de Ética e Conduta, haverá ganhos económicos e financeiros, já que, ao atuar-se no estrito respeito das normas aqui plasmadas, evitar-se-ão reclamações procedimentos administrativos, até do foro judicial, o que acarreta custos para todas as partes. -----

----- Assim, face ao exposto, propõe-se à consideração superior a alteração ao Código de Ética e Conduta do Município, atualizado à realidade normativa, para submeter à aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a alteração ao Código de Ética e Conduta do Município, de acordo com a informação dos serviços.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de maio de 2019.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 02 a 30 de maio de 2019. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Venda do Lote n.º 15 da Urbanização da
Massa – S. João de Lobrigos**

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Por edital nº 35/DAFRH/2019, foi aberto concurso público para a venda do lote nº 15, destinado à construção de uma habitação unifamiliar em banda continua, sito na Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos, cujas candidaturas deveriam ser formuladas até às 17 horas do dia 23 do corrente mês de Maio, no Gabinete de Atendimento ao Município. -----

----- Terminado o prazo de entrega das candidaturas, verificou-se que foi entregue uma única candidatura em nome de Marta Rocha Valadares. -----

----- Assim, propõe-se que o Executivo Municipal, delibere atribuir o referido lote à única concorrente Marta Rocha Valadares, pelo valor de 2.600,00€, nos termos e condições

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 12 de 04 de junho de 2019



estabelecidas no "Regulamento de Venda dos lotes de terreno destinados a habitação na Urbanização da Massa em S. João de Lobrigos". -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir o lote n.º 15 à Senhora Marta Rocha Valadares, pelo valor de 2.600,00€, nos termos e condições estabelecidas no "Regulamento de Venda dos lotes de terreno destinados a habitação na Urbanização da Massa em S. João de Lobrigos", nos termos da informação dos Serviços.** -----

Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 17 a 30
de maio de 2019**

----- 8 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 17 a 30 de maio de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	30/05/2019
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais		2 763 606,20
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	2 314 965,79	
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	448 640,41	
Receitas Orçamentais		2 864 714,84	Operações de tesouraria		165 980,78
Correntes	2 564 039,84		Saldo para o dia seguinte:		264 781,70
Capital	300 675,00		Execução orçamental	161 809,39	
Operações de tesouraria		168 613,35	Operações de tesouraria	102 972,31	
Total		3 194 368,68	Total		3 194 368,68

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 9 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de abril, de 2019. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõe de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços



técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

Convite à Adesão à Campanha Nacional – “Por um País com Bom Ar”

---- 10 – Presente à reunião informação dos Serviços Técnicos da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----“I – Objeto da pretensão / Campanha Nacional: -----

---- A pretensão tem por objetivo a adesão e a participação desta Câmara Municipal enquanto parceira aderente da campanha de cariz nacional: “Um País com Bom Ar”. -----

---- II – Considerandos e Proposta de Adesão: -----

---- O dia 12 de abril foi instituído pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 64/2019, de 10 de Abril, como o Dia Nacional do Ar, tendo a Agência Portuguesa do Ambiente lançado, para assinalar a efeméride, a campanha “Por um País com Bom Ar” e o repto às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – enquanto autoridades de gestão da qualidade do ar na respetiva região. -----

---- Tendo por objetivo a sensibilização da população para a mudança de comportamentos com vista à preservação da boa qualidade do recurso AR, a campanha materializa-se em vários formatos, sendo que um dos aspetos fundamentais no sentido de a divulgação ser mais efetiva passará pelo estabelecimento de parcerias que partilhem os materiais disponíveis (revistas, outdoors, mupis, declinações digitais, etc ...). -----

---- Nessa perspetiva, e por forma a corresponder ao interesse crescente que as questões de qualidade do ar têm vindo a assumir, foi endereçado a este município o convite para a adesão e a participação enquanto parceira aderente desta campanha de cariz nacional. -----

---- Posto isto, caso este município adira à referida campanha de adesão, terá de transmitir as dimensões e formatos dos locais de divulgação à CCDR-N. -----



----- Por outro lado, está previsto para o dia 5 de junho – Dia Mundial do Ambiente, este ano dedicado ao tema “Poluição do Ar”, a realização de uma sessão na CCDR-N, conforme convite anexo à presente informação, que incluirá a assinatura dos Protocolos de Cooperação com as entidades da Região do Norte que ainda não tiveram oportunidade de concretizar essa intenção, como é o caso do município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Para o efeito, de acordo com a alínea aaa) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a proposta do Protocolo de Cooperação entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o município de Santa Marta de Penaguião. “ -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a adesão à Campanha Nacional – “Por um País com Bom Ar”, bem como o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviços de Educação**

**Plano de Transportes 2019/2020 – Abertura de Concurso
Público – Circuitos Especiais**

----- 11 – Presente à reunião informação do Serviço de Educação, com o seguinte teor: -----

----- A organização e controlo de funcionamento do transporte escolar no ensino básico são da competência dos municípios da área de residência dos alunos, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho. ---

----- Tendo por base a informação recebida do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, foi elaborado o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2019/2020 que conta com 15 circuitos, menos um do que o ano em curso, tendo em conta o número de alunos a seguir designados: -----

- Circuito 1 e 2 servidos por Empresas de Transporte – Carreira Pública; -----



- Circuito 3, 4, 8, 9, 11 e 15, tendo por base o do ano em curso poderão ser efetuados em veículos da Câmara Municipal; -----
 - Circuito 5, 6, 7, 10, 12, 13 e 14, tendo em conta o efetuado no ano letivo 2018/2019 poderão ser efetuados em circuito especial, viaturas das Juntas de freguesia ou outras. -
- Assim, o presente Plano de Transportes, tendo em conta as alterações que entender necessárias, deverá ser aprovado pelo Executivo Municipal e o mesmo ser dado a conhecer ao Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto 3, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro. -----
- De acordo com o mesmo Decreto-Lei nos pontos 2 e 3 do artigo 15.º deverá proceder à abertura de concurso público para os circuitos especiais que entender por convenientes." -----
- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Plano de Transportes para o ano letivo 2019/2020 e autorizar a abertura do concurso público, nos termos da informação dos serviços.** -----

Serviços da Cultura

Comissão de Festa em Honra de São João de Fornelos

- Pedido de Comparticipação Financeira

----- 12 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festa em Honra de São João de Fornelos, registado sob o n.º 1274, de 28 de maio do corrente ano, a endereçar um convite ao Executivo Municipal para estarem presentes na festa anual, que se realizará no próximo dia 22 de junho, bem como a solicitar um apoio financeiro. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 706. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).** -----



**Comissão de Festa em Honra de Santo António – Alvações
do Corgo – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 13 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festa em Honra de Santo António – Alvações do Corgo, registado sob o n.º 1284, de 28 de maio do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Procurando honrar as nossas tradições, no próximo mês será realizada a Festa em honra de Santo António, em Alvações do Corgo, a qual a Comissão de Festas procurará dar o maior brilho possível. Neste sentido, vem esta Comissão solicitar à Câmara Municipal a que Vossa Excelência superiormente preside, que se digne conceder um subsídio por forma a amenizar as despesas que esta festa acarreta. -----

----- Grato por toda a atenção dispensada a este nosso pedido, em nome da Comissão de Festas com elevada estima, subscrevo-me.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 700. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----

Serviços do Desporto

**Rampa de Santa Marta – Rui Manuel Varandas Fonseca e
Andreia Filipa Varandas Fonseca – Contrato de Publicidade**

----- 14 – Presente à reunião proposta dos Senhores Rui Manuel Varandas Fonseca e Andreia Filipa Varandas Fonseca, registado sob o n.º 1235, de 06 de maio do corrente ano, dando conhecimento que é com grande orgulho, como penaguienses, que vão participar na Rampa Santa Marta, a realizar nos próximos dias 15 e 16 de junho de 2019, pelo que solicitam à Câmara Municipal um patrocínio, mediante a celebração de um contrato de publicidade. -----



----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 682. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, celebrar com os Senhores Rui Manuel Varandas Fonseca e Andreia Filipa Varandas Fonseca um contrato de publicidade a vigorar durante o ano de 2019, pelo valor de 500,00€ (quinhentos euros), com IVA incluído, respetivamente.** -----

Provas de Natação – Festival de Escolas de Natação – SANTA MARTA a nadar, Masters de Natação Douro Vinhateiro e Campeonato Regional de Natação

----- 15 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A nossa piscina municipal vai receber mais uma vez três grandes provas de natação. -----

----- No próximo dia 15 de Junho decorre o Festival de SANTA MARTA a nadar, uma atividade sem limite de idade, dirigida a todos os utentes das escolas de natação das entidades aderentes ao Portugal a Nadar. São provas de natação que permitem a participação de nadadores de todos os níveis de ensino e de todas as idades. Será mais uma oportunidade para os jovens da escola de natação de Santa Marta participarem e demonstrarem as suas capacidades na água. -----

----- Nos dias 22 e 23 de Junho irá decorrer a 4ª Edição dos Masters de Natação. Esta prova, considerada já uma referência do calendário nacional, irá constituir, mais uma vez, uma ótima propaganda da modalidade e uma excelente jornada de promoção do território de Santa Marta de Penaguião nas suas mais variadas valências. Além dos prémios, a atividade conta com a oferta de um lanche convívio ao final do dia de sábado e do almoço de domingo, que visa a valorização dos produtos e do território. -----

----- O Campeonato Regional de Natação, nos dias 13 e 14 de julho, reúne, ano após ano, mais jovens atletas e atrás deles os seus clubes, transformando este evento numa excelente jornada

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 12 de 04 de junho de 2019

desportiva e de convívio entre todos, nomeadamente os atletas de Santa Marta de Penaguião, que estão sempre em grande destaque. -----

----- Todos se deslocam a SANTA MARTA de Penaguião para assistir a estas provas, sendo que as famílias que acompanham estes jovens criam um dinamismo económico visível na vila de SANTA MARTA de Penaguião. -----

----- Para fazer face às despesas inerentes às atividades, nomeadamente no pagamento às equipas de arbitragem, lembranças, medalhas, refeições da equipa técnica, proponho que se autorize a despesa até ao valor de 7200,00€, sendo 800,00€ a transferir para a ARNN – Associação Regional de Natação do Nordeste.” -----

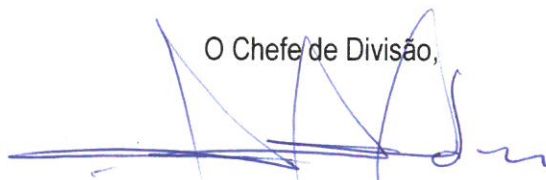
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao montante de 7.200,00€ (sete mil e duzentos euros), sendo 800,00€ (oitocentos euros) a transferir para a ARNM – Associação Regional de Natação do Nordeste. -**

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

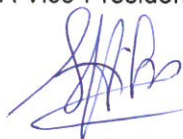
----- 16 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

A Vice-Presidente Câmara,



(Sílvia da Fonseca Silva, Dr.)